

# As eleições para presidente do Brasil em 1960 e seus reflexos no Paraná

**Márcia da Silva, Washington Ramos dos Santos Junior e Liamar Bonatti Zorzanello**

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo espacializar a eleição presidencial de 1960 no Estado do Paraná. Elaboramos mapas com os votos para os candidatos à presidência neste pleito – Jânio Quadros, Adhemar de Barros e Henrique Lott – ademais dos votos em branco e nulos e organizados segundo as regiões de ocupação do Paraná – Tradicional, Norte e Sudoeste. Mesmo não tendo formalizado apoio a nenhum candidato na eleição para governador estadual, Jânio Quadros obteve ampla aceitação local e ganhou na maioria dos municípios e em todas as frentes de ocupação. Apesar de ter ficado em segundo lugar nacionalmente, Henrique Lott foi superado por Adhemar de Barros no Paraná. Embora os processos de urbanização e de industrialização fossem a imagem idealizada do Brasil de 1960, a realidade econômica e demográfica do Paraná era diferente – sua inserção na divisão nacional do trabalho nesse período está assentada no campo e sua população é predominantemente rural. Até mesmo suas atividades industriais dependem diretamente do campo – beneficiamento de gêneros agrícolas e da

---

## Sobre os autores

Márcia da Silva é professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pós-doutora pela Universidade de Lisboa. E-mail: [marcia.silvams@gmail.com](mailto:marcia.silvams@gmail.com)

Washington Ramos dos Santos Junior é professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Bahia (UESB), campus Vitória da Conquista. É graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutor em Psicologia Social e doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [washingtonramos.geopsique@gmail.com](mailto:washingtonramos.geopsique@gmail.com); [washingtonramos@usp.br](mailto:washingtonramos@usp.br)

Liamar Bonatti Zorzanello é professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Gaspar. É graduada e doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: [lia\\_zorzanello@hotmail.com](mailto:lia_zorzanello@hotmail.com)  
Márcia da Silva é professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pós-doutora pela Universidade de Lisboa. E-mail: [marcia.silvams@gmail.com](mailto:marcia.silvams@gmail.com)

madeira, derrubada para dar origem a plantações e pastagens. Essa dinâmica econômica está diretamente vinculada à dinâmica territorial paranaense nesse momento histórico.

**Palavras-chave:** geografia do voto; eleições 1960; presidente da república; territorialização; Paraná.

### **Abstract**

This work aims to spatialize the 1960 presidential election in the State of Paraná. We prepared maps with the votes for the presidential candidates in this election – Jânio Quadros, Adhemar de Barros and Henrique Lott – in addition to blank and null votes and organized according to the regions of occupation of Paraná – Traditional, North and Southwest. Even though he did not formally support any candidate in the election for state governor, Jânio Quadros obtained broad local support and won in most municipalities and on all occupation fronts. Despite having been in second place nationally, Henrique Lott was surpassed by Adhemar de Barros in Paraná. Although the urbanization and industrialization processes were the idealized image of Brazil in 1960, the economic and demographic reality of Paraná was different – its insertion in the national division of labor in that period was settled in the countryside and its population was predominantly rural. Even its industrial activities depend directly on the countryside – processing agricultural products and wood, removed to give rise to plantations and pastures. This economic dynamic is directly linked to the territorial dynamics of Paraná at that historic moment.

**Keywords:** geography of voting; 1960 elections; presidential elections; territorialization; Paraná.

Artigo recebido em: 8 de julho de 2022 e aprovado pelo Conselho Editorial em 13 de agosto de 2022.

### **Introdução**

Embora os processos de urbanização e de industrialização fossem a imagem idealizada do Brasil de 1960, a realidade econômica e demográfica do Paraná era diferente: sua inserção na divisão nacional do trabalho nesse período está assentada no campo e sua população é predominantemente rural. Até mesmo suas atividades industriais dependem diretamente do campo – beneficiamento de gêneros agrícolas e da madeira, derrubada para dar origem a plantações e pastagens.

Essa dinâmica econômica está diretamente vinculada à dinâmica territorial paranaense nesse momento histórico e, obviamente, interfere na espacialidade do voto – a região com maior número

de eleitores em 1960 é o norte do estado, e não a região identificada como Paraná Tradicional. Contrastamos regionalmente o voto, ademais de geográfá-lo de acordo com os municípios, para cada um dos candidatos à Presidência da República neste ano – Jânio Quadros, Adhemar de Barros e Henrique Lott – e para os votos em branco e nulos.

### **Geopolítica brasileira e Geopolítica paranaense em 1960 – contexto e perspectivas para as eleições presidenciais**

Internacionalmente, o Brasil chegava a 1960 com certo prestígio: se tornara a nação responsável por abrir a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU); a participação de Osvaldo Aranha na criação do estado de Israel; a experiência cinematográfica de Orfeu Negro ou Orfeu do Carnaval (1959), ganhador do Oscar de melhor filme estrangeiro pela França, levando o cotidiano brasileiro para as telas do mundo; além da seleção de futebol masculino, campeã mundial em 1958; o sucesso internacional da Bossa Nova; por fim, executou Brasília, exemplo modernista sem paralelo no mundo.

Contudo, o cenário posterior à Segunda Guerra Mundial não facultava mais ao Brasil a manutenção da *autonomia na dependência* (Moura, 1980) e o país se manteve subordinado à hegemonia norte-americana durante a Guerra Fria, por meio do *alinhamento e desenvolvimento associado* (Cervo e Bueno, 2011, 289-330) – alinhamento sem recompensa, durante o governo Dutra (Moura, 1991, 59-71) e a pressão nacionalista com o segundo governo Vargas.

Assim sendo, um problema para o desenvolvimento nacional relacionava-se à origem dos recursos para a modernização do país, se externo ou nacional, algo temporariamente pacificado durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-61). Nesse sentido, desde a década de 1920, uma questão geopolítica fundamental para o Brasil dizia respeito à sua industrialização e consequente modernização, com dois projetos políticos antagônicos: um de esquerda, representado pelo Antropofagia, e outro de direita, denominado Verde-Amarelo.

Estes movimentos tiveram impacto considerável na organização política e na geopolítica do país, já que determinariam a relação da sociedade capitalista com a população negra e indígena nas décadas

seguintes, especialmente no que se referia à ocupação dos fundos territoriais (Moraes, 2005a, 2005b) que já haviam sido alvo de projetos varguistas, a exemplo da Marcha para o Oeste.

Associado a este projeto, o arcabouço jurídico que rege o Brasil em 1960 é formado pela Constituição de 1946, que trouxe a indicação da transferência da capital para o interior do país (Motta, 2001, 63) e, depois de quase quinze anos de governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), restabeleceu o regime democrático no país. O combate contra os regimes autoritários, na Segunda Guerra Mundial, e a mobilização de setores brasileiros descontentes com a dinâmica político-econômica do país culminaram com a liquidação do Estado Novo (Mendonça, 1988, 39-40). Com isso, inaugurou-se um período político fortemente polarizado entre as oligarquias tradicionais anteriores a Vargas e as forças políticas varguistas, que perdurou até a instauração do regime militar em 31 de março de 1964.

Esse período histórico é chamado de *Quarta República* (Carone, 1980), *República Populista* (Gomes, 1996) e *Experiência Democrática* (Ferreira, 2003), ainda que essa experiência seja incompleta em razão do banimento dos comunistas e dos analfabetos do processo político. Essa exclusão tem um peso importante no voto devido ao fato de aqueles serem a quarta maior bancada da Câmara dos Deputados eleita em 1945 (Nicolau, 2004, 89), com relevância em São Paulo, em Pernambuco e no Distrito Federal. Segundo Motta (2001, 68):

[...] [a] disposição de Juscelino Kubitschek de interiorizar a capital, teria derivado, em parte, do fato de o Rio de Janeiro ter sido o principal cenário da ampla mobilização popular durante o último governo Vargas, bem como da conspiração golpista que se seguira, e que quase impedira sua posse. Portanto, tal como Campos Sales, Kubitschek se sentira vulnerável diante da ‘agitada’ e ‘ameaçadora’ capital. Como diz Oswaldo Orico, um dos mais próximos auxiliares do presidente, ‘Brasília seria uma libertação, para os governantes, das lutas sociais no Rio de Janeiro. A antiga ebulição sociopolítica carioca perturbava a administração do Estado’. A idéia da construção de Brasília se sustentou, assim, na alegada incapacidade de o Rio de Janeiro continuar a exercer a função de ‘cabeça’ de um país que precisava se modernizar e se integrar ao mundo desenvolvido com segurança e tranquilidade. Tal como no início da República, a cidade se defrontava com um processo de deslegitimação do papel que exercia havia mais de um século.

A transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, concretizada em 1960, foi um importante movimento geopolítico vinculado à ocupação dos fundos territoriais, como proposto por Moraes (2005a, 2005b) em uma temática recorrente ao longo do século XX e que remete à ocupação dos gigantescos ‘sertões’ brasileiros, entendidos ora como vazios demográficos à revelia das populações indígenas e quilombolas, ora como ocupados por grupos étnicos que deveriam se civilizar.

Assim, o cerrado brasileiro foi o principal alvo das investidas ocupacionais nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Segundo esta concepção, havia muitos outros sertões a serem desbravados, desde o sertão carioca, passando pela zona oeste do então Distrito Federal, até as regiões noroeste e sudoeste do Paraná, estas agregadas à nova divisão do trabalho iniciada ainda sob o governo Vargas e a hegemonia econômica paulista que possibilitou a construção de Brasília. Segundo Santos e Silveira (2003, 43-6):

[...] [a] partir de 1945 e 1950 a indústria brasileira ganha novo ímpeto e São Paulo se afirma como a grande metrópole fabril do país... É um momento de consolidação da hegemonia paulista... A modernização do país, já iniciada sob o regime de Getúlio Vargas, facilitara a concentração econômica e espacial. A rápida expansão da indústria no ‘centro’ passava a exigir mais mercados, não apenas fora mas também dentro do país... É num Brasil integrado pelos transportes e pelas necessidades advindas da industrialização que vão nascer importantes cidades no interior. Estas decorrem do crescimento populacional, da elevação dos níveis de vida e da demanda de serviços em número e frequência maiores que anteriormente... O Rio fora larga e longamente beneficiado pela sua função política... Mas o desenvolvimento industrial de São Paulo fez nascer uma nova metrópole econômica para o Brasil, uma metrópole de outra natureza... Há, de um lado, mudança estrutural no esquema produtivo e, de outro, maior seletividade geográfica da produção industrial mediante uma polarização mais clara e forte. Os dois fenômenos são interligados, pois é a localização em São Paulo das indústrias mais dinâmicas que reduz a importância relativa do Rio de Janeiro, impedindo, então, admitir que existam no país duas metrópoles. A função metropolitana cabe, doravante, a São Paulo. O desequilíbrio entre a estrutura industrial do Rio e a de São Paulo afirma-se realmente quando

a indústria paulista conhece uma diversificação e a do Rio de Janeiro deixa de seguir este caminho. A formação de capital na região de São Paulo é um dos fatores dessa diversificação... Os novos transportes terrestres beneficiam São Paulo... O traçado dessas estradas obedecia às novas exigências da indústria e do comércio, e assim acabou por reforçar a posição de São Paulo como centro produtor, e ao mesmo tempo, de distribuição primária. A criação de uma indústria automobilística e a construção de Brasília confluíram também para favorecer São Paulo e aumentar o desequilíbrio econômico. Constitui-se nessa cidade um parque de numerosas indústrias de base, cujo enorme mercado é dado pelo esforço de equipamento de todo o território e mesmo pelo abastecimento normal da população brasileira. A construção de Brasília foi um passo importante, pois a rede de estradas, indispensável à afirmação do Estado sobre o conjunto do território, também era imprescindível para a expansão do consumo do que era produzido internamente. Aliás, a própria construção de Brasília teria sido impossível se a indústria já não se houvesse desenvolvido em São Paulo.

O ano de 1960 foi o do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1960, 2) em que houve predominio da população rural sobre a urbana. Nesse ano, a população residente total foi de 70.070.457 habitantes, dos quais 31.303.034 moravam em cidades e 38.767.423 em áreas rurais. Ainda de acordo com o IBGE (1960), o Brasil possuía 58.997.981 habitantes com cinco anos de idade ou mais, dos quais 27.578.971 eram analfabetos, ou 46,74%. Se considerarmos apenas a população com 18 anos ou mais, havia 35.795.184 habitantes, dos quais 14.435.190 eram analfabetos, ou 40,33%. Os estados com mais analfabetos em 1960 eram Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraná, perfazendo 57,87% dos analfabetos brasileiros.

Ao discriminar esses dados em relação à população urbana e à rural, os quantitativos de população com cinco anos de idade ou mais perfazem, respectivamente, 27.021.628 e 31.976.353 habitantes, e os analfabetos, por sua vez, 7.774.916 e 19.804.055 pessoas ou 28,77% do contingente urbano e 61,93% do contingente rural (IBGE, 1960, 99). Assim, podemos perceber que o analfabetismo, embora ainda elevado nas áreas urbanas, era avassalador no campo, abolindo, portanto, a cidadania de boa parte da população rural. Podemos, desse modo, contabilizar o

eleitorado brasileiro: se a população maior de 18 anos ‘alfabetizada’ chegava a 21.359.994 habitantes, em 1960 os aptos a votar perfaziam 15.543.332 eleitores ou 72% desse total.

Isso pode ser explicado em razão de o Código Eleitoral vigente (Brasil, 1950) proibir o voto dos analfabetos, daqueles que não falavam a língua portuguesa e dos que não gozavam de seus direitos políticos, além de facultar o alistamento a inválidos, aos maiores de 70 anos, aos que residiam fora do país e às “mulheres que não exerc[iam] profissão lucrativa”. Nicolau (2004, 23) afirma que o alistamento deixou de ser realizado *ex-officio* e que a fórmula do quociente eleitoral criada às eleições para o Legislativo mantém-se válida ainda hoje, exceto por uma mudança em 1998 que deixou de contabilizar os votos em branco nesse quociente. Uma diferença considerável para a época em relação aos dias de hoje é a eleição para vice-presidente em separado da eleição para presidente.

Em 1960, Jânio Quadros venceu as eleições para presidente pela coligação<sup>1</sup> entre Partido Trabalhista Nacional (PTN), União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano (PR), Partido Libertador (PL) e Partido Democrata Cristão (PDC) com 5.636.623 votos. Para vice-presidente, o ganhador foi João Goulart pela coligação entre Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Republicano Trabalhista (PRT) com 4.547.010 votos (IBGE, 1961). Essas informações demonstram a polarização política vivenciada no Brasil desde o fim do Estado Novo, primeiramente entre apoiadores e detratores de Getúlio Vargas e, em segundo lugar, entre esquerda e direita. Contrários ao ex-presidente, pode-se situar a *grosso modo* a UDN, por exemplo, e aliados a Vargas o PSD, diretamente vinculado aos interventores estaduais estadonovistas e que logrou se estruturar em todo o território brasileiro (Nicolau, 2004, 100).

Como Lima Junior (1999) e Ferreira (2003) demonstram, as crises da República de 1954, com o suicídio de Vargas, e de 1955, com o contragolpe militar que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek, legitimamente eleito, decorreram diretamente do papel que a direita política desempenhou na desestabilização institucional

---

1. O Código Eleitoral de 1950 utiliza o termo “aliança” em vez de “coligação”, institucionalizado no Código Eleitoral de 1965.

do país, em uma conjuntura de intensidade da Guerra Fria após o término da Revolução Cubana, em 1959.

Essa polarização política encerra discussões econômicas fundamentais ao Brasil para além da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional: as reformas de base, os direitos trabalhistas e a melhoria da qualidade de vida da população, em anos de expansão das fronteiras econômicas do capitalismo, de trabalhismo (Gomes, 2015), de desenvolvimentismo (FGV/CPDOC, 2009), de populismo (Gomes, 2015; Mussi e Cruz, 2020) e de modernização.

A *invenção do trabalhismo* (Gomes, 2015, 211-236) foi delimitada pelo seguintes aspectos: a mistificação de Vargas, por meio do personalismo nas ações do Estado de outorga a direitos sociais e pela propaganda de massas veiculada pelo rádio; as leis trabalhistas do Estado Novo e a ritualização de datas comemorativas, a saber, o dia do trabalhador, os aniversários de Vargas e do regime estadonovista, o Sete de Setembro, o Natal e o Ano Bom (para além do Carnaval); e a valorização do trabalho manual (em oposição ao preconizado pela herança escravista) e do trabalhador brasileiro (em oposição ao estrangeiro e europeu) em contexto de profunda migração interna decorrente da nova divisão territorial do trabalho em escala nacional.

Se por muito tempo a figura do malandro presente em Macunaíma – o herói sem nenhum caráter (Andrade, 1995) – foi a imago do brasileiro, a Segunda República criou uma ideologia, talvez um falso *self* (Winnicott, 1983, 1994) para esse malandro, calcada na valorização do trabalho e na lógica do ‘quem tem ofício, tem benefício’ (Gomes, 2015, 175-88). Cabe ressaltar, contudo, que esses direitos outorgados pelo Estado Novo eram fundamentalmente concedidos a trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais não possuíam acesso a tais direitos, fato aventado apenas no segundo período do governo Vargas, e efetivamente alcançado apenas com o Estatuto do Trabalhador Rural promulgado em 1963. Assim, o próprio Estado estimula o êxodo rural e a formação de nova divisão territorial do trabalho.

Entretanto, a modernização das relações de trabalho não atinge o campo até o ano de 1960 ao que Gomes *et al.* (2007, 155) afirmam ser um ciclo incompleto do ‘populismo getulista’ e um malogro na constituição de um “*numeroso, diversificado e reivindicativo campesinato*”.

Politicamente, isso se refletiu na história, tendencialmente, em uma proximidade desse grupo social ao PSD e até mesmo à UDN, mas não ao PTB (Gomes *et al.*, 2007, 664). Por sua vez, este partido esteve atrelado ao personalismo de Vargas e às massas urbanas, muitas vezes migrantes (Gomes *et al.*, 2007, 632), beneficiadas pela outorga de direitos trabalhistas e, ainda que também tivesse nascido sob chancela governamental, não se confundia com o PSD, mais afeito à burocracia estatal (FGV/CPDOC, 2009).

A disputa político-partidária assentava-se, desse modo, nas relações de poder entre distintos grupos sociais que disputavam entre si o acesso a direitos sociais, à participação na arena política e na burocracia estatal e à capacidade de consumir os produtos industrializados, especialmente após o governo JK, o que implicava a decisão de optar pelo desenvolvimento econômico internacionalizado ou independente. Ademais, um ‘novo setor terciário urbano’ surgiu induzindo a “passagem da industrialização brasileira a uma nova fase (grande indústria ‘moderna’ e monopolista, produção de bens de consumo duráveis e insumos industriais, desenvolvimento do capital financeiro)” (Gomes *et al.*, 2007, 601). Essa nova classe média é formada por “executivos, gerentes, chefes de serviço, economistas, técnicos médios, engenheiros industriais etc” que tendem a se afastar “da ideologia liberal e do estatismo popular” (Gomes *et al.*, 2007) e a flertar com o autoritarismo.

Talvez o surgimento dessa nova classe média permita explicar a mudança de um modelo de sindicalismo corporativo, nas décadas de 1930 e 1940, a um mais complexo nos dois decênios subsequentes (Gomes, 1996, 15-16). De todo modo, o trabalho de Gomes (2015) contribui para questionar o conceito de populismo, que remete “à ideia de manipulação política, ainda que se reconhecessem todas as suas ambiguidades” e enfatiza “a dimensão de controle/ação do Estado sobre as massas” (Gomes, 2016, 14). Nesse sentido, atribui-se à classe trabalhadora “um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades” (Gomes, 2016, 14). Essa abordagem contribui para a compreensão da complexidade de relações entre Estado, partidos políticos e sindicatos no Brasil para além do personalismo e da liderança carismática.

Gomes *et al.* (2007, 563) lembram que na historiografia clássica sobre o conceito nenhum autor “se dispôs a desvincular o ‘populismo’ do culto a um Estado industrializante e assistencial,

e a reduzi-lo a um estilo político, fundado em elementos como a demagogia, o paternalismo e carisma ou o apelo emocional”, já que isso implicaria identificar ele a outros políticos, como Carlos Lacerda em 1960 identificado à direita. Um aspecto importante nessa discussão perpassa a política de valorização do salário-mínimo, até hoje encarada como discurso populista. Para efeitos de comparação, basta citar que o salário-mínimo real em 2019 equivalia a aproximadamente 51% do fixado em julho de 1940 (Dieese, 2020, 10).

Economicamente, nos anos que antecederam a eleição presidencial de 1960 houve grande expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e consideráveis pressões inflacionárias, sobretudo em decorrência da construção de Brasília. Houve “aumento da produção doméstica e queda da participação dos importados” (Giambiagi, 2011, 21) mesmo antes do Programa de Metas de JK. O café, primeiro produto da pauta de exportações brasileiras ininterruptamente entre o decênio 1821-1830 e o ano de 1973 (Ministério da Economia, 2020), padecia com excedentes entre 1956 e 1960, com queda no preço e nas receitas dessa *commodity*. Com JK houve deterioração das contas externas, inflação alta e déficit público elevado, e a indústria passou a agricultura em participação no PIB (Ministério da Economia, 2020), ademais de o Plano de Metas ter agravado a concentração regional da produção (Ministério da Economia, 2020).

Para Mendonça (1988, 61-3, 66; 2004, 62-79), o desenvolvimentismo ocultava, devido à euforia nacionalista, o fato de que o país se encontrava cada vez mais dependente do capital externo e que a burguesia nacional jamais defendeu a industrialização autônoma. Isso não parece exatamente um problema para os desenvolvimentistas, como podemos ler no verbete do termo elaborado pela FGV/CPDOC (2009):

[...] O desenvolvimentismo como modelo econômico postulava que o crescimento dependia diretamente da quantidade dos investimentos e da produtividade marginal do capital; estes dois elementos estavam ligados ao investimento estrangeiro, que os fazia variar em função de sua própria importância. O desenvolvimentismo como ideologia de um desenvolvimento autônomo no âmbito do sistema capitalista proclamava por sua vez a riqueza e a grandeza nacional, a igualdade social, a ordem e a segurança. A política adotada pelo governo Kubitschek

implicou uma profunda transformação do sistema econômico do país e também a consolidação da cooperação internacional no plano econômico, político e cultural. O Programa de Metas consubstanciou a orientação política a ser dada ao desenvolvimento brasileiro, baseada na maior intervenção do Estado na economia, no aumento da participação do capital privado nacional no processo de industrialização e na incorporação do capital estrangeiro. [...] Somente através da obtenção de recursos externos, seja sob a forma de investimentos diretos, financiamentos ou empréstimos, seja através da técnica, seria possível acelerar o crescimento econômico. [...] O nacionalismo para os desenvolvimentistas significava desenvolvimento econômico, ao contrário do sentido dado pela corrente nacionalista, que considerava o nacionalismo como a luta dos países pobres contra a exploração dos países ricos e via no subdesenvolvimento a consequência da dominação externa.

As diferentes formas de apropriação do conceito de nacionalismo, portanto, serão reproduzidas sob diversos prismas nas manifestações culturais. Por um lado, modernizar-se implica um diálogo com a vanguarda cultural internacional e capitalista, que tem no modernismo de Brasília seu ápice, experiência internacional única. Segundo Bruand (2002, 361),

[...] o plano de Lúcio Costa distinguia-se, contudo, radicalmente das tentativas mais notáveis da primeira metade do século, baseadas essencialmente em propostas sociológicas e estudos técnicos. A solução oferecida não foi o fruto de pesquisas minuciosas, nasceu do gesto inicial de quem designa um local e toma posse dele: dois eixos cortando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz. [...] Partindo desta primeira idéia dos dois eixos perpendiculares, consagrados respectivamente ao setor público e à vida particular com concentração de atividades mistas na intersecção dos dois elementos, Lúcio Costa preocupou-se em desenvolvê-la levando em conta a topografia local e a orientação desejável. [...] uma cidade moderna digna de seu tempo não podia ser concebida sem se levar em conta um fenômeno próprio do século XX, a civilização do automóvel.

Por outro lado, era tempo de se refutar aquilo que prendia o Brasil em seu passado de atraso, ainda que essa polarização mantivesse excluída ampla maioria da população, iletrada e sem refinamento – era tempo

de se refutar o agrarismo, o Jeca Tatu, Macunaíma e a chanchada. Estes, apesar de populares e cotidianos para muitos, eram refutados pela *intelligentsia* brasileira, em um momento marcado pela mercadização da cultura, especialmente do cinema e da música, do contato com influências estrangeiras e da ampliação da escala de mercado, estendida pelo país. Essa experiência de modernização também esteve presente no Paraná, como veremos a seguir.

## **Geografia do voto e as eleições presidenciais de 1960 no Paraná**

A experiência modernizante do Brasil chegou até Curitiba, cujo ícone principal é seu Centro Cívico, cuja construção iniciou-se em 1953 em comemoração ao centenário de emancipação política do Paraná, durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto. A pretensão era alocar em um único lugar os três poderes, dispondo de área suficientemente espaçosa para abrigar todas as edificações necessárias. David Xavier Azambuja é o arquiteto que dá vida ao projeto, ladeado por uma equipe de profissionais advindos da capital federal – Rio de Janeiro, que estavam envoltos nos ares da modernidade e visavam projetar o poder estatal. O centro político da capital paranaense seria assentado no mesmo lugar em que o primeiro plano urbanístico da cidade já havia estabelecido, o qual fora criado na década de 1940 pelo arquiteto Alfred Agache. Assim, o plano de outrora serviu como base e inspiração (Mueller, 2006).

Conforme as edificações do Centro Cívico ganhavam forma o sistema viário precisou ser remodelado para dar mais racionalidade e explorar o espaço que estava sendo construído, para que suas funcionalidades pudessem ser mais bem usufruídas. O projeto atentou-se não somente para a orientação espacial dos prédios, suas fachadas e as dimensões das paredes, mas para além do sistema viário, visando a circulação de transeuntes, o paisagismo e urbanização do espaço. O projeto era ousado à época, no qual

[...] [n]ão só a monumentalidade do conjunto arquitetônico projetado representa o centro político e de comando, afirmação de Curitiba como capital do estado, como também o referencial paradigmático moderno, como um processo de construção nacional e do próprio modernismo (Mueller, 2006, 50).

Assim, por meio do meio ambiente construído e dos símbolos estatais de poder, pode-se ver revelado o entrelace das vivências políticas materializadas na paisagem e representativas de um período histórico, já que outras cidades brasileiras experimentaram a implantação desses projetos modernistas nas décadas de 1950 e 1960. Entretanto, a inserção do Paraná na divisão territorial do trabalho, iniciada por Vargas e pelo modelo de substituição de importações, dava-se fundamentalmente pelo setor primário e pela indústria a ele vinculada.

Segundo Cano (2007, 82; 85-7), o confronto entre os anos de 1949 e 1959 para o Grupo I, formado por indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável, como as indústrias alimentares, teve crescimento superior ao de São Paulo, maior economia estadual. Quando se considera o Grupo II, formado por indústrias de bens intermediários, poucos estados, entre eles o Paraná, apresentaram crescimento inferior ao paulista, destacando-se a indústria de madeira e do papel paranaense, etapa necessária em muitas áreas do estado para possibilitar a ocupação das frentes econômicas. Quanto às indústrias do Grupo III, de bens de capital e de consumo durável, o Paraná teve crescimento ligeiramente inferior ao do decênio anterior, apesar de esse ser o grupo industrial “que teve o mais alto crescimento no período” (Cano, 2007, 86).

De acordo com o censo demográfico de 1960, o estado do Paraná abrigava uma população de 4.263.721 habitantes, dos quais 1.310.969 viviam em ambientes urbanos e 2.095.722 no meio rural (IBGE, 1960). No campo, onde a mão de obra braçal se fazia necessária, o maior contingente habitacional era de homens, conquanto que na cidade as mulheres perfaziam a maioria do montante. Os maiores índices de analfabetismo e de mortalidade infantil também são registrados no campo, onde o acesso à educação e a saúde são precários e de difícil acesso (IBGE, 1960). Essa conjuntura, até então predominante em todo o país, começa a ser alterada, pois:

[...] A partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970 esse quadro populacional se alterou bruscamente. As áreas rurais do Estado passaram a perder população em ritmos acelerados, as cidades aumentaram de tamanho, principalmente aquelas que já tinham maior porte, a Região Metropolitana de Curitiba se expandiu e adensou velozmente, mas uma parte substantiva da população antes residente no Estado

buscou novas oportunidades de trabalho e de vida no vizinho estado de São Paulo, que naquela época colhia aceleradamente os frutos do chamado “milagre brasileiro”, e na nova fronteira agrícola nacional, que se expandia principalmente por sobre Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia (IPARDES, 2010, 2).

Mesmo em um cenário de modernização nacional, as eleições de 1960 ainda ocorreram em um Paraná basicamente rural, mas com a maior parte do eleitorado (indivíduos alfabetizados, primordialmente) residindo nas áreas urbanas do estado. Assim, considerando-se apenas a população acima de 18 anos (excluindo menores e de idade ignorada), o contingente populacional paranaense totalizava 2.067.523, com 757.856 analfabetos, ou 36,65%.

Em 1960, a representação política dos 162 municípios paranaenses se fazia presente no âmbito federal por meio de três senadores: Alô Ticoulat Guimarães e Gaspar Velloso, ambos do PSD, e Nelson Maculan<sup>2</sup>, pelo PTB (Senado Federal, 1959). Na Câmara Federal figuravam 14 deputados paranaenses, sendo: quatro do PSD; seis do PTB – com destaque para Jânio Quadros, o qual abre mão de seu mandato em 1960 para assumir a presidência do país e Kalil Maia Neto ocupa sua cadeira de deputado federal; UDN<sup>3</sup> era representado por Othon Mader; Bento Munhoz da Rocha Neto assentava-se em uma cadeira pertencente ao PR<sup>4</sup> (Câmara Federal, 1959); o PDC elegeu Ney Braga, que renunciou em 1960 para assumir como governador do Paraná e Estefano Mikilita adentra na esfera federal, substituindo-o; o PRP era representado por Plínio Salgado.

Já a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná era composta por 45 cadeiras, assentando-se sobre estas 17 deputados do PSD, 13 do PTB, quatro do PSP, três do PDC e oito advindos de coligações ou alianças diversas. Assim, observamos que os partidos PSD e PTB perfaziam a maior parte da bancada paranaense (IBGE, 1960).

As eleições de 1960 ocorreram em nível federal, para presidente e vice-presidente, e também em 11 estados para governador

- 
2. Néelson Maculan assume o cargo em 1960, após o titular Abilon de Souza Naves falecer no findar de 1959.
  3. Othon Mader foi eleito por meio da coligação Frente Democrática do Paraná, que congregava a UDN, o PR e o PS.
  4. Bento Munhoz da Rocha Neto foi eleito por meio da coligação Frente Democrática do Paraná, que congregava a UDN, o PR e o PS.

e vice-governador, dentre os quais o Paraná, por apresentar mandato de cinco anos. Nesse ano, a campanha para a eleição para presidente da República teve a primeira propaganda na TV, com duração de 24 segundos. Além dessa especificidade, também o fato de o vice-presidente ser eleito separadamente do presidente foi um diferencial, pois foram eleitos o presidente de uma chapa, Jânio Quadros, e o vice-presidente de outra, João Goulart (PTB), que concorria pela chapa de Henrique Teixeira Lott (Nicolau, 2012).

O presidente eleito no pleito, Jânio Quadros, alimentava estreita relação com o Paraná, pois sua família veio fixar residência no estado ainda quando Jânio era criança. Desse modo, nas eleições de 1958 Quadros pleiteou uma vaga na Câmara Federal como deputado paranaense conforme pedido de Abilon de Souza Naves, o que lhe foi de bom grado, uma vez que não poderia se lançar candidato por São Paulo. Com tal apoio acabou por lograr êxito, tendo sido eleito pelo PTB. Posteriormente, renunciou ao seu assento junto à Câmara dos Deputados para concorrer ao cargo de Presidente da República.

Para as eleições a governador do ano de 1960, no estado, Jânio apoiou a indicação de Abilon de Souza Naves, primeiro senador eleito pelo PTB no Paraná, também em 1958, mas que faleceu em plena campanha, em 1959 (Batistella, 2015, 317). A vitória de Jânio Quadros foi resultante da coligação UDN, PDC, PR, PL e PTN, ao qual estava filiado. Adhemar de Barros venceu em apenas oito municípios: Antonina, Joaquim Távora, Palmas, Porecatu, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina e Siqueira Campos (TRE, 1960).

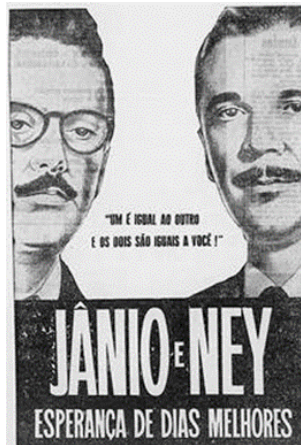
Em âmbito estadual, Jânio Quadros e seus partidários apoiariam a candidatura de Souza Naves, candidato pelo PTB e coligado ao PSD, o qual era conhecido no cenário paranaense e que já havia representado o estado como senador em 1958<sup>5</sup>. Com a morte de Souza Naves, os arranjos políticos precisaram ser redesenhados. Assim, tais partidos lançaram candidatos, sendo Néelson Maculan o novo representante do PTB, e Plínio Franco da Costa o do PSD; porém, nenhum deles recebeu apoio político de Jânio. Ney Braga, candidato pelo PDC, é o vencedor das eleições paranaenses em 1960,

---

5. Nas eleições para o Senado de 1958, PTB e PSD lançaram candidaturas próprias: Abilon de Souza Naves pelo PTB, Munhoz de Mello pelo PSD e Francisco P. Soares Neto pela UDN.

com 37,69%. Este atrelou sua campanha política à figura de Jânio, mas não recebeu apoio recíproco (Silva *et al.*, 2020). A campanha vitoriosa de Ney Braga associou a imagem de ambos os candidatos por meio do *jingle* “Quem é Ney é Jânio, quem é Jânio é Ney” (Batistella, 2018), como pode ser observado na Figura 1.

**Figura 1** –Vinculação de Jânio Quadros a Ney Braga, eleições do Paraná, em 1960



Fonte: DIÁRIO DO PARANÁ (a), 1960, 4.

Em contraponto aos posicionamentos neyistas, pode-se observar os posicionamentos de Maculan visando desvincular as figuras de Ney Braga e de Jânio Quadros, conforme Figura 2:

**Figura 2** – “Jânio Quadros desmente Ney Braga”, estado do Paraná, 1960



Fonte: DIÁRIO DO PARANÁ (b), 1960, 7.

A página sete do jornal Diário do Paraná de 2 de outubro de 1960 é toda voltada ao candidato ao governo do Paraná Nelson Maculan. Na matéria em destaque este frisa as palavras proferidas por Jânio Quadros em um discurso realizado em Curitiba: “Não tenho compromissos com candidatos. Apoio aqueles que me apoiam” (Diário Do Paraná, 1960, 7). Assim, percebe-se que os candidatos ao governo do estado buscam estabelecer vínculos de sua imagem aos candidatos à presidência. Porém, Jânio manteve-se neutro após a morte do candidato Abilon de Souza Naves.

Ao contrário de Jânio, Henrique Lott demonstrava apoiar a Plínio Costa, de acordo com o destaque da página principal do jornal Diário do Paraná de primeiro de outubro de 1960:

**Figura 3** – “Lott indica Plínio Costa seu candidatado a governador”, estado do Paraná, 1960



Fonte: DIÁRIO DO PARANÁ (c), 1960, I.

Quanto ao comportamento estadual em relação às eleições presidenciais, notamos o seguinte comportamento: Jânio Quadros, candidato pela coligação entre UDN, PDC, PR, PL e PTN, logrou o primeiro lugar, conquistando 51,2% dos votos; na sequência temos Adhemar de Barros, representante do PSP, o qual contabilizou 22,6% dos votos; e na terceira posição o marechal Henrique Lott, candidato representante da coligação PSD, PTB, PST, PSB e PRT, com 16,9% dos votos (SILVA *et al.*, 2020). No que concerne à vice-presidência, João Goulart obteve êxito e venceu Milton Campos (UDN) e Fernando Ferrari (MTR).

No Paraná, de modo geral, observamos que Jânio Quadros venceu com uma grande margem, obtendo 51,2% dos votos, enquanto Adhemar de Barros (PSP) obteve 22,6% e Henrique Lott (PSD/PTB) apenas 16,9% (TRE, 1960)<sup>6</sup>. O PTB paranaense demonstrou apoio a Quadros,

6. Votos brancos 45.946 ou 6,34% e nulos 21.750 ou 3%.

fator que ajuda a explicar, em parte, a baixa votação do candidato Henrique Lott no estado. Barros obteve seus melhores resultados na região norte do estado, ao passo que Jânio Quadros, apoiado pelo PTB estadual e pelos eleitorados neyistas e udenistas, logrou êxito no computo geral do estado (Batistella, 2018).

Quanto ao pleito eleitoral em voga, as Figuras 5, 6 e 7 retratam a votação obtida por cada um dos candidatos presidenciais nos municípios paranaenses existentes à época. A primeira delas versa sobre a situação de Adhemar de Barros, na sequência tem-se Henrique Lott e, na terceira figura, Jânio Quadros.

Em complemento e como elemento histórico-geográfico importante, vale a pena observar a Figura 4, uma relíquia fotografada por Daniel Galuch Junior.

**Figura 4 – Mapa de Apuração das eleições presidenciais de 1960, no Paraná**

MUNICÍPIO		NOMES DOS CANDIDATOS		APURAÇÃO DOS VOTOS	
N.º	UF	Nome	Partido	Votos	Porcentagem
<b>ELEIÇÃO MAJORITÁRIA PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA - MUNICÍPIO DE PORECATU</b>					
1	PR	JÂNIO QUADROS	PTB	170	40,8
2	PR	ADHEMAR DE BARROS	UDEN	170	40,8
3	PR	HENRIQUE LOTT	PSD	0	0,0
4	PR	VOTOS EM BRANCO		170	40,8
5	PR	VOTOS NULOS		0	0,0
TOTAL				410	100,0
<b>ELEIÇÃO MAJORITÁRIA PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA - MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA</b>					
1	PR	JÂNIO QUADROS	PTB	68	46,5
2	PR	ADHEMAR DE BARROS	UDEN	29	19,3
3	PR	HENRIQUE LOTT	PSD	0	0,0
4	PR	VOTOS EM BRANCO		68	46,5
5	PR	VOTOS NULOS		0	0,0
TOTAL				145	100,0

Fonte:Arquivo Público do Paraná.

Foto: GALUCH JUNIOR, D. (2021).

O candidato presidencial Adhemar de Barros obteve os seguintes percentuais no estado paranaense: em Porecatu e Santo Antônio da Platina registraram-se as maiores votações, sendo contabilizados percentuais de 40,8 a 46,5 dos votos válidos; na sequência,

a percentagem registrada destina-se ao intervalo entre 35,2 e 40,8 da votação, o que corresponde aos municípios de Siqueira Campos, Jacarezinho, Cambará, Santa Mariana, Santa Amélia, Guaraci, Jaguapitã, São João do Caiuá – todos na porção norte do estado.

O fato de ter obtido melhores resultados na região norte do estado pode estar atrelado a dois fatores: geograficamente, podemos citar a proximidade com o estado de São Paulo onde Barros sempre procurou se manter atuante no cenário político, sendo interventor durante o período centralizador de Vargas, governador do Estado e prefeito da cidade de São Paulo. Manteve a imagem de bom administrador, contemplou os mais humildes e o empresariado e implementou grandes obras e projetos, como a eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana e a construção das rodovias de Anhanguera e Anchieta (Cotta, 2008; FGC/CPDOC, 2021).

Outro fator pode estar atrelado ao caso de Barros ser um possível sócio majoritário da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP)<sup>7</sup>, uma das empresas responsáveis pela ocupação da região norte do Paraná (Cotta, 2008), sendo assim, figura já conhecida na região.

Contudo, a menor expressividade deste candidato, que corresponde ao intervalo percentual de 6,9 a 12,6 dos votos válidos, ocorreu nos municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão e Francisco Beltrão, no Sudoeste; em Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaraniaçu, na porção oeste; nas municipalidades de Laranjeiras do Sul, Pitanga, Guarapuava, Cândido de Abreu, Prudentópolis e Imbituva, na região central; e em Mallet, Rebouças, São Mateus do Sul, Lapa, Contendas e Tijucas do Sul, no Sudeste.

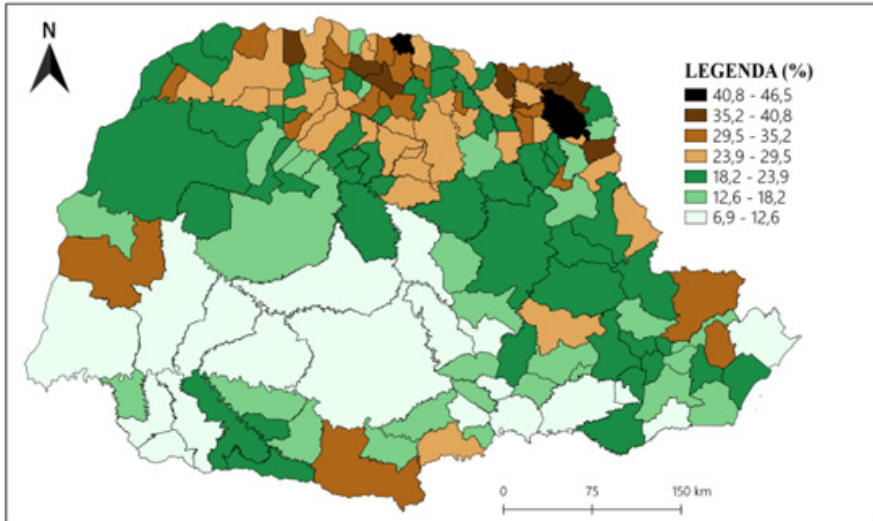
Dentre as diversas variáveis que podem subsidiar a baixa votação em algumas regiões, pode-se destacar que a vida política de Adhemar de Barros foi permeada pela fragmentação da sua base partidária, por sua postura firme e por constantes denúncias de corrupção e desvios (Cotta, 2008; FGV/CPDOC, 2021).

---

7. “[...] No mesmo prédio, estavam instalados os escritórios centrais de outras três empresas que Paulo Duarte garantira pertencerem a Adhemar ou tê-lo como sócio majoritário: Companhia Agrícola São Jerônimo, Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP) e Sociedade de Mineração Furnas, que explorava jazidas de minérios de chumbo e prata em terras de sua propriedade, em Apiaí (SP) (Cotta, 2008, 89).

As percentagens supracitadas da votação obtida por Adhemar de Barros estão ilustradas na Figura 5.

**Figura 5** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) de Adhemar de Barros, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

Quanto ao candidato Henrique Lott observa-se, por meio da Figura 6, que a votação mais expressiva foi conquistada nas municipalidades de Porto Amazonas e Cândido de Abreu, onde atingiu um percentual de 31,3 a 35,6 dos votos válidos. Entretanto, Lott não foi o candidato mais votado destes municípios.

Em contraponto, as menores incidências de votos foram registradas nas regiões noroeste e norte central, com um percentual de 5,3 a 9,6 de votos. Quanto a estas regiões destacam-se, respectivamente, os municípios de Cruzeiro do Oeste, Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Isabel do Ivaí; Peabiru, Jandaia do Sul, Borrazópolis, Faxinal, Terra Rica, São João do Caiuá, Paranavaí, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul, Tamboara, Nova Esperança, São Carlos do Ivaí,

Floraí, São Jorge do Ivaí, Mandaguaçu, Colorado, Santo Inácio, Cafeara, Guaraci, Santa Fé, Astorga e Primeiro de Maio.

Já nas porções sudoeste, sul e sudeste do estado a votação recebida por Lott se manteve em um patamar intermediário em relação a votação que o próprio obteve nas demais áreas, predominando um percentual de 18,3 a 22,6 dos votos válidos.

No computo geral das eleições, o marechal Henrique Lott ficou em segundo lugar, perdendo somente para Jânio Quadros. Todavia, no Paraná ficou em terceiro lugar, ganhando Adhemar de Barros em segunda colocação. Em nível nacional, firmou-se coalizão entre PTB e PSD, declarando como candidatos Lott para presidente e Goulart na posição de vice-presidente. Todavia, o PTB do Paraná demonstrou-se dissidente à aliança nacional e empenhou esforços para a eleição de Jânio e Goulart (Batistella, 2016).

Os políticos petebistas, inclusive Néelson Maculan – candidato ao governo – evitavam dividir o palco dos comícios com Henrique Lott<sup>8</sup>, o qual, basicamente, travou uma campanha solo no estado, amparando-se em um pequeno grupo liderado por José Teixeira da Silveira e Waldemar Daros, respectivamente, deputados federal e estadual (Batistella, 2016).

Os conflitos internos e a dissidência geraram, conseqüentemente, a fragmentação do PTB paranaense e isso teve reflexo nas urnas, uma vez que, além da derrocada de Lott, Maculan também não logrou êxito, perfazendo 30,9% dos votos válidos, perdendo para Ney Braga – candidato do PDC.

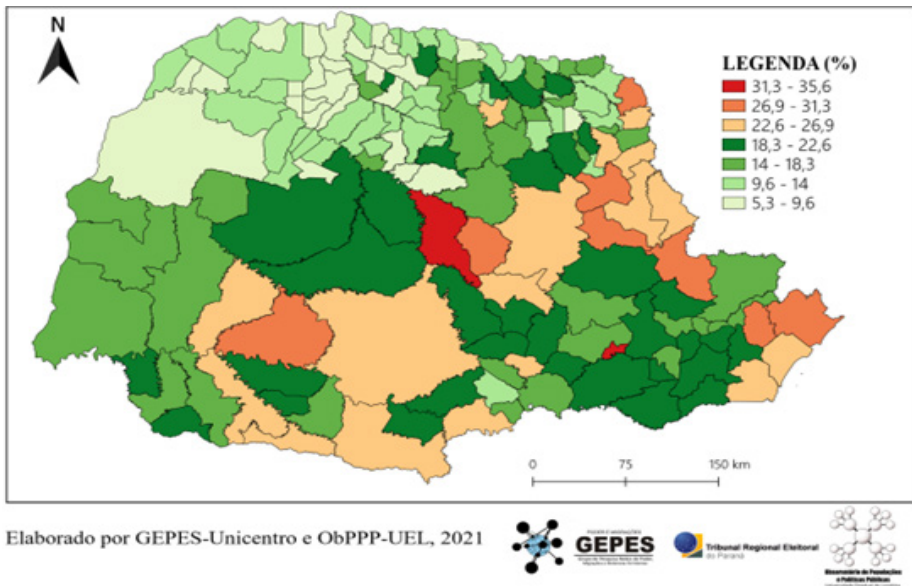
Jânio Quadros obteve a maior rejeição nas urnas nos municípios de Palmas e Antonina<sup>9</sup>, contando com um percentual entre 27,2 e 33,2 dos votos, locais onde o candidato com maior aceitação foi Adhemar de Barros. O melhor percentual atingido refere-se ao intervalo de 63,4% a 69,4% dos votos, registrados em São Mateus do Sul, Mallet e Foz do Iguaçu – na porção mais ao sul do estado – e, em Cianorte, Terra Boa, Floraí, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul e Santo Inácio – ao norte.

---

8. Como exemplo da votação ínfima de Henrique Lott destacamos os municípios de Curitiba, com 21.150 ou 19% dos votos, Londrina com 4.663 ou 18% dos votos e Ponta Grossa com 3.563 ou 17% dos votos.

9. Esta análise pode ser complementada com a informação de que em Antonina houve um “empate técnico” com Jânio Quadros com 858 votos, Adhemar de Barros 886 votos e Henrique Lott 825 votos.

**Figura 6** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) de Henrique Lott, por município, estado do Paraná.



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

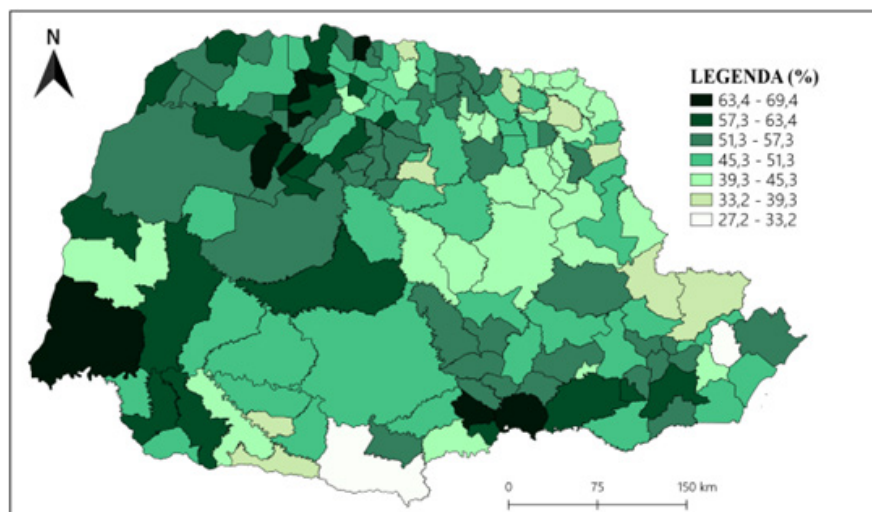
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

A Figura 7 expõe tais constatações e ainda revela o predomínio da boa aceitação do candidato no estado, alçando um resultado superior a um terço dos votos em uma parcela significativa dos municípios. Quando nos atentamos para a faixa percentual de cada uma das figuras, observamos que os intervalos percentuais apresentados por Jânio Quadros em detrimento aos demais candidatos são maiores.

Enquanto as Figuras 5 e 6, de Adhemar de Barros e Henrique Lott, apresentaram intervalos de votação inferiores a 25% do total, Jânio Quadros apresenta seu menor intervalo em 27,2%, demonstrando que mesmo em Palmas e Antonina, onde registrou maior rejeição, ainda conquistou mais de 25% dos votos depositados nas urnas daquelas municipalidades. Os resultados mais expressivos de Barros e Lott correspondem, respectivamente, a 46,5% e 35,6% dos votos; contudo, Quadros chegou a obter 69,4% dos votos. Estes dados ajudam a dimensionar a aceitação do candidato petenista no Paraná, que obteve apoio além da sua base partidária, como dos udenistas, neystas e pedetistas. Como destaque, nesta análise, apontamos o

resultado obtido por Jânio Quadros em Curitiba, Londrina e Ponta Grossa, com 59.582 ou 54% dos votos, 12.851 ou 49% dos votos e 10.270 ou 50% dos votos, respectivamente. Votação de vencedor em três dos maiores distritos eleitorais do estado.

**Figura 7** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) de Jânio Quadros, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

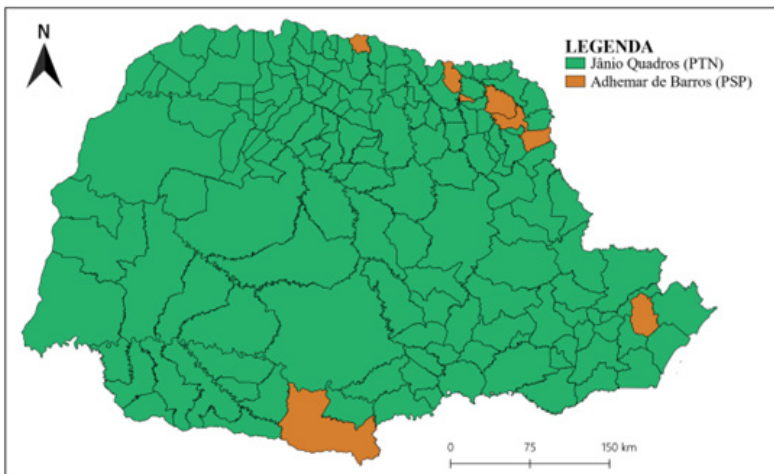
Ao considerarmos a votação obtida pelos candidatos em cada municipalidade, observamos que marechal Henrique Lott não obteve a maioria dos votos em nenhuma das unidades, o que demonstra o impacto que a dissidência petebista teve em sua campanha. Já Adhemar de Barros angariou a maioria dos votos nos municípios de Palmas, ao sul, onde fez um comício durante o período eleitoral e o prefeito desta municipalidade, Amílcar Saporiti, havia sido eleito via coligação PR e PSP, partido fundado em 1946 por Adhemar de Barros e que representava os ideais sociais-democratas e o trabalhismo (Zimmermann, 2020).

Também se observa a supremacia de Adhemar de Barros em Antonina, no litoral do estado, e nos municípios de Siqueira

Campos, Joaquim Távora, Santo Antônio da Platina, Santa Amélia, Santa Mariana, na mesorregião conhecida como norte pioneiro, evidenciando sua influência e popularidade na região. Ademais, especialmente, a proximidade do norte paranaense com São Paulo, onde Adhemar de Barros era figura política atuante, ajuda-nos a entender este contexto (FGV/CPDOC, 2021).

Em sua maioria esmagadora, as urnas do Paraná concederam vitória ao candidato Jânio Quadros, conforme disposto na Figura 8. O presidenciável estudou em Curitiba com Ney Braga, e seu pai, Gabriel Quadros, foi deputado estadual de São Paulo através do PRP<sup>10</sup>. Assim, para as eleições presidenciais, além de contar com seu partido, o PTN, foi apoiado pela UDN paranaense, pelos companheiros de Ney Braga, pelos dissidentes do PTB, muitos dos quais empenharam esforços em elegê-lo deputado estadual em 1958, formando-se uma grande coalização com ação em praticamente todos os recantos do Paraná (Batistella, 2016).

**Figura 8** – Eleições presidenciais de 1960 – candidato vencedor por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

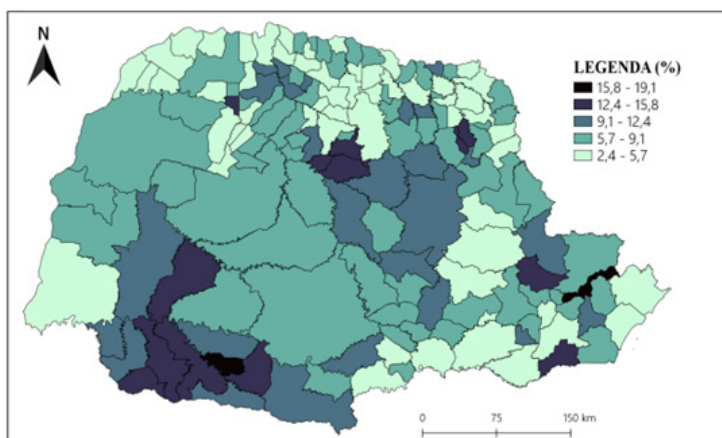
10. De acordo com Brasil (1955), Gabriel Nogueira de Quadros foi eleito 1º suplente pelo PTN, tomou posse e foi deputado estadual até 1957, quando morreu assassinado.

O conceito de voto branco, de acordo com a explicação de Nicolau (2022, 164) tem relação com a criação da cédula oficial, que transferiu um comportamento mais ativo do eleitor.

Ele passou a receber uma cédula em branco, e essa teria que ser preenchida na cabine e depois colocada na urna (alternativamente, o eleitor podia não preencher a cédula, deixando-a em branco, escrever nomes impróprios, ou preencher incorretamente a cédula, quando o voto era considerado como nulo). A cédula oficial também foi utilizada nas eleições de 1960.

Neste sentido, o comportamento do voto em branco, de acordo com a Figura 9, que os maiores percentuais, entre 15,8 e 19,1, foram registrados nos municípios de Campina Grande do Sul e Coronel Vivida. Regionalmente, percebe-se que o Sudoeste apresentou uma concentração de municípios com percentuais mais elevados de voto em branco. No norte do estado houve o predomínio das municipalidades que apresentaram o menor índice de votos em branco, aportando na faixa de 2,4% a 5,7%.

**Figura 9** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) em branco, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

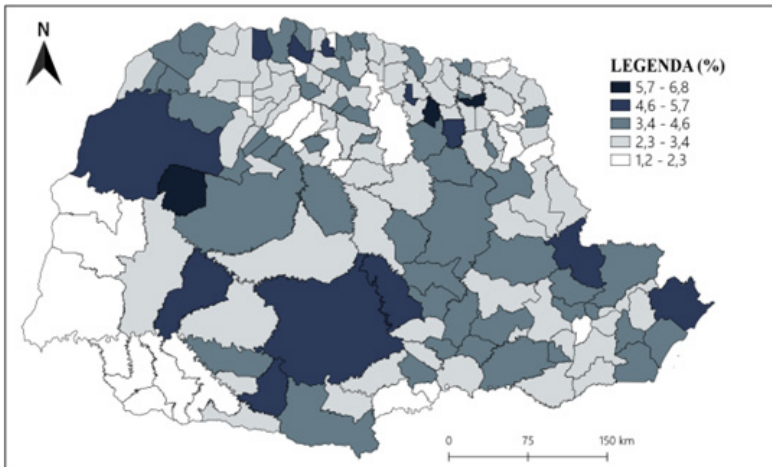


Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

A Figura 10 apresenta a distribuição dos votos nulos pelo estado, sendo que a menor faixa corresponde ao intervalo entre 1,2% e 2,3% dos votos e representa os municípios de Curitiba (a leste); Paulo Frontin e União da Vitória; Pato Branco, Francisco Beltrão, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, ao sudoeste; Foz do Iguaçu, Toledo e Guaíra, no oeste; São Carlos do Ivaí, Maringá, Marialva, Jandaia do Sul, Borrazópolis, Londrina, Cambé, Lobato, Lupionópolis, Cambará, Joaquim Távora, Tomazina e Wenceslau Brás, no norte cafeeiro. Goioerê, São Sebastião da Amoreira e Abatiá foram os três municípios que registram o maior número de votos nulo, correspondendo a 5,7 a 6,8%

**Figura 10** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) nulos, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

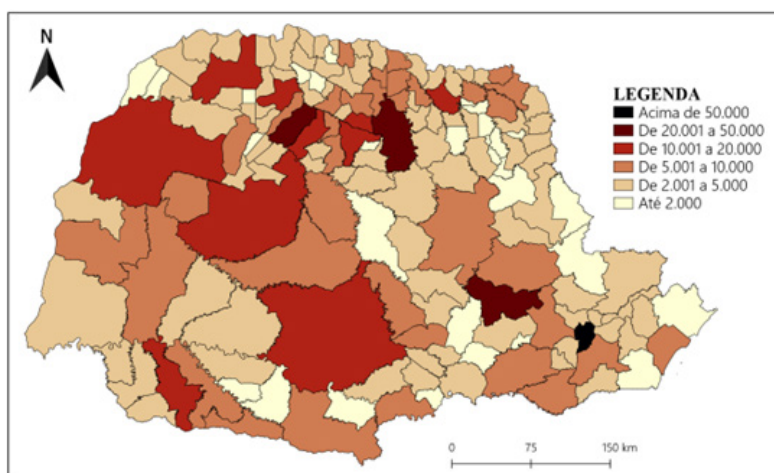
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

Ainda em relação aos votos brancos e nulos, de acordo com Nicolau (2022, 172), estavam negativamente associados à taxa de urbanização dos municípios e, em menor grau, ao número de habitantes. “Os inválidos tendiam a ser mais numerosos

nos municípios rurais. A hipótese é que isso era resultado do grande contingente de eleitores com baixa escolaridade residentes nessas localidades”.

A Figura 11 apresenta a distribuição do eleitorado paranaense de acordo com o número de eleitores aptos a votar por município. Em 1960, Curitiba era o único município com eleitorado superior a 50 mil eleitores, com 124.818 aptos a comparecer às urnas em 3 de outubro. Com eleitorado entre 20.001 e 50 mil eleitores aptos, estavam Ponta Grossa, com 22.983, Londrina, com 32.548 e Maringá com 20.278. Já os municípios de Francisco Beltrão, Guarapuava, Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste, Paranavaí, Nova Esperança, Marialva, Apucarana, Arapongas e Cornélio Procópio possuem entre 10.001 e 20 mil eleitores. Aproximadamente 35 municípios contam com eleitorado que varia de 5.001 a 10 mil pessoas. Na faixa de 2.001 a 5 mil eleitores aptos, há 82 municípios, a faixa com maior representatividade no estado, e com até 2 mil eleitores são, ao todo, 29 municípios.

**Figura 11** – Eleições presidenciais de 1960 – distribuição do eleitorado por classe de tamanho, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

Comparando a Figura 11 com a Figura 12, podemos tecer as seguintes análises:

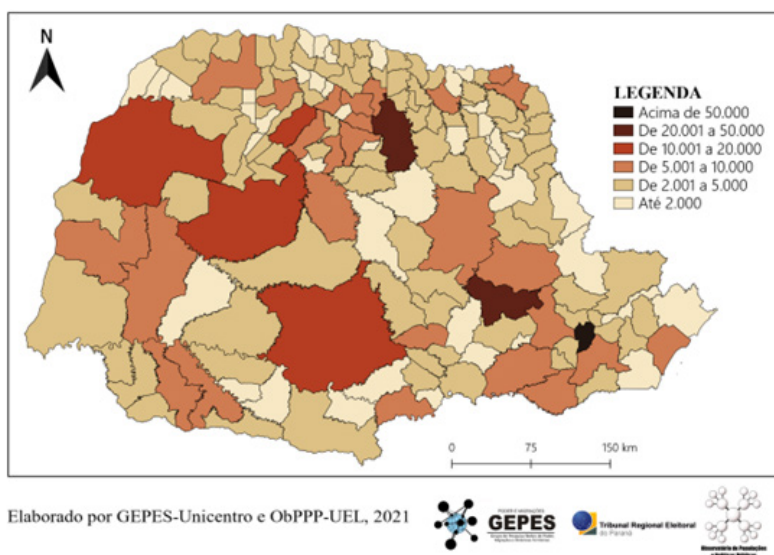
- i) Curitiba, a capital do estado, confirmando o seu eleitorado alistado, foi o único município que contabilizou o comparecimento às urnas de mais de 50 mil eleitores;
- ii) As urnas de Ponta Grossa e Londrina receberam entre 20.0001 e 50 mil eleitores. Maringá, mesmo tendo o registro de um eleitorado correspondente a esta faixa, compareceram 14.858 eleitores, entre 10.001 e 20 mil. Tornando o peso do município, nas eleições, equivalente ao dos municípios de Cruzeiro do Oeste (11.734 votantes compareceram), Campo Mourão (13.195 votantes compareceram) e Guarapuava (13.030 votantes compareceram);
- iii) Quando do levantamento do eleitorado, Francisco Beltrão, Paranavaí, Nova Esperança, Marialva, Apucarana, Arapongas e Cornélio Procópio também figuravam na faixa dos 10.001 a 20 mil eleitores; porém, o comparecimento às urnas foi menor e estes incorporaram a seção dos 5.001 a 10 mil votantes;
- iv) Possuíam cadastro 35 municípios correspondente à faixa de 5.001 a 10 mil eleitores, mas nas urnas somente 26 confirmaram esse dado;
- v) No levantamento do eleitorado, 82 municipalidades inseriam-se na seção de 2.001 a 5 mil eleitores, mas, considerando-se aqueles que efetivamente depositaram seu voto na eleição presidencial de 1960, 86 municípios se enquadraram neste segmento;
- vi) Estavam atrelados 29 municípios ao segmento de até 2 mil eleitores. Mas, nas eleições, 43 municípios passaram a figurar neste quesito.

Considerando as análises supracitadas, referentes às Figuras 11 e 12, observa-se que o comparecimento às urnas, em boa parte dos municípios paranaenses, não correspondeu ao total do eleitorado cadastrado. Uma parcela destas ausências, por exemplo, pode estar atrelada a questões migratórias e viagens.

A análise das Figuras 13, 14 e 15 remete-nos a um processo de regionalização do estado do Paraná, que leva em consideração as denominadas Frentes de Ocupação. Estas foram criadas

por Brasil Pinheiro Machado (1951), considerando o processo de ocupação completa do território paranaense, ou seja, pela história das migrações e dos povos que ocuparam o território paranaense: o Paraná Tradicional (Litoral, Curitiba e Campos Gerais), com povos oriundos das primeiras ocupações de São Paulo e Minas Gerais; a Ocupação Nortista, resultante das migrações do interior paulista e mineiro para o nordeste, o norte e o noroeste do estado e; as migrações gaúcha e catarinense para o sudoeste e o oeste.

**Figura 12** – Eleições presidenciais de 1960 – distribuição dos votantes por classes de tamanho, municípios do estado do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

Sob a ótica temporal, os processos de ocupação vão constituir o que se poderia chamar de “Paraná antigo” e de “Paraná moderno”, “este surgindo a partir da desagregação da sociedade campeira do Paraná Tradicional, no final do século XIX” (Serra, 1992). Apesar de diferenciadas e com singularidades, as frentes de ocupação configuraram, também, a estrutura socioeconômica do estado em seu conjunto.

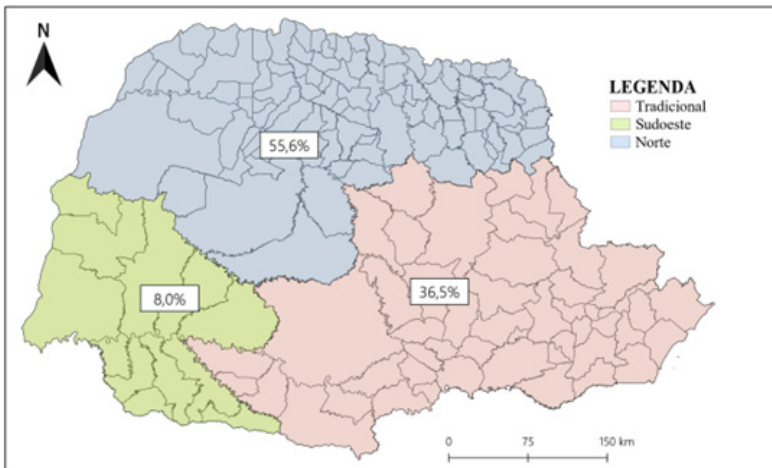
As frentes de ocupação foram caracterizadas e denominadas, também, por Altiva Pilatte Balhana, Cecília Westphalen e Brasil Pinheiro

Machado (1969) de “Comunidades Autônomas Paranaenses”, e ainda por Brasil Pinheiro Machado (1981) de “Comunidades Históricas”.

A Figura 13, que demonstra o percentual do eleitorado pelas Frentes de Ocupação no estado do Paraná, mostra que a região Norte possui a maior parte dos eleitores no ano de 1960, com mais da metade (55,6%) do total, como decorrência natural da própria dinâmica populacional, conforme descrito, e das transformações socioeconômicas e de elementos geográficos ali existentes no período.

O Paraná Tradicional possui o segundo maior número de eleitores e o Sudoeste a terceira concentração de eleitores (8,0%), justamente por conta do processo de ocupação mais recente, no estado, à época. Esta variável, da Figura 11, é estática, ou seja, não há a possibilidade de mudanças pelas propostas dos candidatos e de seus partidos. A analogia se faz por meio do quantitativo do número de eleitores em cada uma das frentes.

**Figura 13** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual do eleitorado (%) por Frentes de Ocupação, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



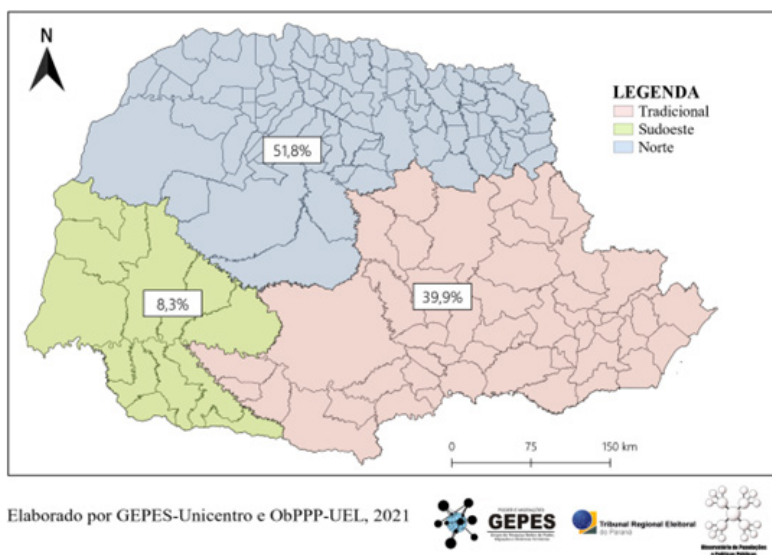
Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

Em relação à Figura 14, os dados são apresentados em função dos eleitores que efetivamente compareceram às urnas

para eleger o presidente da República em 1960. Sendo assim, no Norte paranaense, em comparação aos 100% do total de votantes, a presença foi de 51,8%; no Paraná Tradicional de 39,9% e no Sudoeste 8,3%. Desse modo, o Paraná Tradicional apresentou um peso maior na eleição presidencial que inicialmente se poderia supor.

**Figura 14** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votantes (%) por Frentes de Ocupação, estado do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

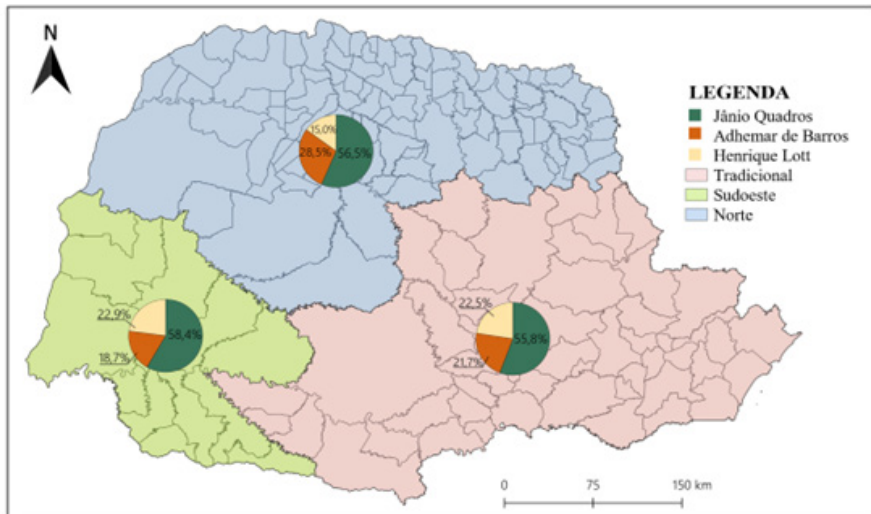
A Figura 15, por sua vez, retrata o desempenho específico de cada presidenciável em relação aos territórios delimitados pelas frentes de ocupação do estado. Nessa perspectiva, Jânio Quadros foi o candidato com melhor desempenho, alcançando percentagem superior a 55% dos votos nas três frentes de ocupação, com maior índice no Sudoeste, 58,4%.

Adhemar de Barros obteve o maior percentual de votos, com 28,5%, na região Norte, sendo seu melhor desempenho. Em contraponto, na região Sudoeste teve o menor percentual, com 18,7%; no Paraná Tradicional, o candidato recebeu 21,7%

dos votos. Henrique Lott também obteve seu melhor percentual de votos no Sudoeste do estado, com 22,9%. No Paraná Tradicional obteve 22,5% dos votos, e na região Norte 15%.

Esses resultados podem ser atribuídos ao discurso de crescimento e desenvolvimento econômicos, tanto agrícola como industrial, apresentado pelos três candidatos, que venderam a ideia, durante a campanha, de transformações pelas quais o estado estava passando a partir da efetiva ocupação territorial e de implementação de infraestruturas geográficas. Esses fatos são também decorrentes do processo geral pelo qual o Brasil passava, a exemplo de 1960 ter sido o último ano em que o censo demográfico apontou predomínio de população rural. A partir daí o Brasil passaria por um momento de transição campo *versus* cidade no sentido do morar e trabalhar.

**Figura 15** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) por candidatos, por Frentes de Ocupação, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

No Paraná, no entanto, apenas Curitiba (97,22%), Londrina (57,40%) e Ponta Grossa (86,43%) possuíam população predominantemente urbana, com mais de 50% morando na cidade. Além desses, os municípios de Paranaguá, Antonina, Porto Amazonas, Arapongas e União da Vitória também atingiam esse percentual, porém os totais populacionais eram inferiores a 45 mil habitantes (IBGE, 2011). Em relação ao eleitorado, este passou de 229.672, em 1945, para 885.418, em 1960, um aumento de 385%.

Ferreira e Delgado (2003, 12) afirmam que a Constituição de 1946 possibilitou que os brasileiros tivessem acesso a direitos políticos até então não estabelecidos legalmente. Soares (2001, 318), por sua vez, afirma que houve gradual ampliação da cidadania vinculada ao “valor do voto, divulgando a ideia de que votar era um direito ao qual os mais diversos setores da população também deveriam ter acesso”.

## **Considerações Finais**

Mesmo não tendo formalizado apoio a nenhum candidato na eleição para governador estadual, Jânio Quadros obteve amplo apoio local e ganhou na maioria dos municípios e em todas as frentes de ocupação. Apesar de ter ficado em segundo lugar nacionalmente, Henrique Lott foi superado por Adhemar de Barros no Paraná.

Jânio Quadros obteve a maior rejeição nas urnas nos municípios de Palmas e Antonina, contando com um percentual entre 27,2 e 33,2 dos votos, locais onde o candidato com maior aceitação foi Adhemar de Barros. O melhor percentual atingido refere-se ao intervalo de 63,4% a 69,4% dos votos, registrados em São Mateus do Sul, Mallet e Foz do Iguaçu – na porção mais ao sul do estado – e, em Cianorte, Terra Boa, Floraí, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul e Santo Inácio – ao norte.

Adhemar de Barros venceu em apenas oito municípios: Antonina, Joaquim Távora, Palmas, Porecatu, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina e Siqueira Campos. Os maiores percentuais foram registrados em Porecatu e Santo Antônio do Platina, sendo contabilizados percentuais de 40,8 a 46,5 dos votos válidos. O fato de ter obtido melhores resultados na região norte do estado pode estar atrelado a dois fatores: geograficamente, podemos citar a proximidade com o estado de São Paulo, onde Barros sempre se manteve atuante no cenário político.

Henrique Lott teve votação mais expressiva nos municípios de Porto Amazonas e Cândido de Abreu, onde atingiu um percentual de 31,3 a 35,6 dos votos válidos; em contraponto, as menores incidências de votos foram registradas nas regiões noroeste, centro-norte e norte, com um percentual de 5,3 a 9,6 de votos.

Por fim, cabe ressaltar que, embora Jânio Quadros tenha sido o candidato mais votado no maior número de unidades da federação, a disputa foi muito equilibrada em dez delas, sendo que somente em uma (Maranhão) Jânio não chegou em primeiro ou segundo lugares. A vantagem de votos recebidos por Jânio Quadros em âmbito nacional deveu-se, sobretudo, à ampla votação conquistada em São Paulo, no Paraná e na Guanabara.

## Referências

- ANDRADE, M. (1995). *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Villa Rica.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO PARANÁ. (1960). *Fundo 39 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná*, documento 66ª ZE/PR – Maringá.
- BALHANA, A. P. et al. (1969). *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar.
- BATISTELLA, A. (2015). A trajetória de Abilon de Souza Naves no PTB paranaense (1945-1959). *História: Questões & Debates*, vol. 63, n. 2, p. 317-61.
- \_\_\_\_\_. (2016). O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). *Revista Topoi*, vol. 17, n. 32, p. 257-86.
- \_\_\_\_\_. (2018). A participação e a influência de Jânio Quadros na política paranaense (1958-1961). *Antíteses*, vol. 11, n. 22, p. 741-67.
- BRASIL (1950). Lei 1.164, de 24 de julho de 1950. Institui o Código Eleitoral. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro: 1950, p. 10987.
- \_\_\_\_\_. (1958). Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas em 1954 e 1955. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 4.
- \_\_\_\_\_. (1959). Câmara Federal. Quem são os deputados: legislatura 41ª. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?-search=&partido=&uf=PR&legislatura=41&sexo=>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. (1959). Senado Federal. Senadores da 41ª legislatura (1959 – 1963). Brasília, DF. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/41/por-uf>. Acesso em: 19 fev. 2022.

- \_\_\_\_\_. (2020). Ministério da Economia. Estatísticas Antigas de Comércio Exterior. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/outras-estatisticas-de-comercio-exterior>. Acesso 11 jun. 2021.
- BRUAN, Y. (2008). *Arquitetura contemporânea no Brasil*. Tradução Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva.
- CARONE, E. (1980). *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. (2011). *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª ed. Brasília, DF: EdUnB.
- COTTA, L. C. V. (2008). Adhemar de Barros (1901 – 1969): a origem do “rouba, mas faz”. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 128.
- DIÁRIO do Paraná (a). (1960). Vinculação de Jânio Quadros a Ney Braga, eleições do Paraná, em 1960. Curitiba, 27 de setembro. *Primeiro Caderno*, n. 1662, p. 4. Disponível em: Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR) - 1955 a 1983 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 20 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. (b). (1960). Jânio Quadros desmente Ney Braga. Curitiba, 01 de outubro. *Primeiro Caderno*, n. 1666, p. 7. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672\\_1960\\_01666.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672_1960_01666.pdf). Acesso em 20 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. (c). (1960). Lott indica Plínio Costa seu candidato a Governador. Curitiba, 01 de outubro. *Primeiro Caderno*, n. 1667, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672\\_1960\\_01667.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672_1960_01667.pdf). Acesso em 20 fev. 2022.
- FERREIRA, J. (2003). Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. (orgs.). *O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 3).
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. (orgs.). (2003). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. vol. 3.
- ADHEMAR Pereira de Barros. (2009). Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- CAFÉ. (2009). Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cafes-1>. Acesso 11 jun. 2021.
- DESENVOLVIMENTISMO. (2009). Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/desenvolvimentismo>. Acesso em: 11 jun. 2021.

- ESTATUTO do trabalhador rural. (2009). Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- PARTIDO Social Democrático (PSD-1945-1965). (2009). Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- GIAMBIAGI, F. et al. (2011). *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*. Elsevier, 2011. Disponível em: <https://br1lib.org/book/3310124/9120c1?id=3310124&secret=9120c1&dsourc=recommend>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- GOMES, Â. M. de C. (2015). *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- GOMES, Â. M. C. et al. (2007). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano, vol. 10: sociedade e política (1930-1964). 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (1960). *Censo Demográfico de 1960: Paraná*. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t14\\_pr.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t14_pr.pdf). Acesso 23 jun. 2021.
- \_\_\_\_\_. (1961). *Anuário Estatístico do Brasil – 1961*. Rio de Janeiro.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Nota Técnica IPARDES n. 14: dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios*. Disponível em: [https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/NT\\_14\\_dinamica\\_demogr\\_PR\\_2010.pdf](https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/NT_14_dinamica_demogr_PR_2010.pdf). Acesso em 1 jul. 2021.
- MACHADO, B. P. (1951). O estudo da história regional. *Revista História*, n. 3, p. 177-205.
- MENDONÇA, S. R. (1988). *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MORAES, A. C. R. de. (2005a). *Ideologias Geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Annablume.
- \_\_\_\_\_. (2005b). *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume. Acesso em: 1 fev. 2022.
- MOTTA, M. S. (2001). *O lugar da cidade do Rio de Janeiro na federação brasileira: uma questão em três momentos*. Rio de Janeiro: CPDOC.
- MOURA, G. (1980). *Autonomia na dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Sucessos e ilusões. Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: EdFGV.

- MUELLER, O. (2006). Centro Cívico de Curitiba: um espaço identitário. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura – PROPAR: UFRGS, Porto Alegre.
- NICOLAU, J. (2004). Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. Dados: *Revista de Ciências Sociais*, vol. 47, n. 1, p. 85-129.
- NICOLAU, J. (2012). *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- NICOLAU, J. (2022). As eleições presidenciais de 1960: uma análise a partir de dados municipais. *Estudos Históricos*, vol. 35, n. 75, p. 159-175. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/4694/2601>.
- SERRA, E. (1992). Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. *Boletim de Geografia*, vol. 10, n. 1, p. 61-93.
- SILVA, M. *et al.* (2020). As eleições para governador do Paraná em 1960: resultados, contextos e apontamentos. *Revista Paraná Eleitoral*, vol. 9, n. 4, p. 549-567.
- SOARES, G. A. D. (2001). *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- WINNICOTT, D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ZIMERMANN, G. (2020). *Eleições 2020: conheça a história dos prefeitos em Palmas*. Grupo RBJ de Comunicação, Francisco Beltrão. Disponível em: <https://rbj.com.br/eleicoes-2020-conheca-a-historia-dos-prefeitos-eleitos-em-palmas/>. Acesso em: 12 nov. 2021.